



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



MINUTA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017

PA. Nº 003/2017 DISPENSA Nº 003/2017

O MUNICÍPIO DE CONTAGEM com sede na Praça Presidente Tancredo Neves nº. 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.508/0001-31, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Secretário Municipal Joaquim Antônio Gonçalves, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Bernardo Monteiro, nº 1000, Contagem/MG portador do CPF 593.304.496-20 e RG MG-2.091.385 SSP/MG, e do outro lado a **ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**, com sede rua Oliveira, nº 179, Bairro Industrial, Contagem/MG. CEP 32.223-380 inscrita no CNPJ sob nº **16.518.821/0004-05**, representada neste ato, por sua Presidente, **Sirlete de Almeida**, portadora da cédula de identidade RG nº MG – 4.610.039 e inscrito no CPF sob nº 769.902.576-87, doravante denominada **OSC**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Municipal nº 30/2017 e demais legislações pertinentes, da Lei Orçamentária Anual nº 4923, de 06 de janeiro de 2018, nos termos da proposta do Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto **acréscimo de recursos financeiros para garantir a alimentação escolar na educação infantil por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** em observância das diretrizes da Lei Nacional nº 11.947/2009, que estabelece diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Lei Nacional nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, e da Lei Nacional nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB.

1.2 O MUNICÍPIO realizará o repasse de recursos financeiros em forma de subsídio à OSC, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, parte integrante e indissociável deste ajuste (Anexo I).

1.2.1 A OSC compromete-se a:

- Fornecer alimentação escolar para crianças da Educação infantil conforme especificado no Anexo I do Plano de Trabalho e orientado pelo setor de Alimentação Escolar;
- Disponibilizar o cardápio do mês para o setor de Alimentação Escolar;
- Garantir que os funcionários envolvidos com a produção de alimentos estejam devidamente uniformizados e com os equipamentos de segurança necessários;
- Armazenar os gêneros alimentícios de forma adequada e zelar por sua conservação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação

73
K. Andrade

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR, DAS PARCELAS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para execução do objeto previsto na Cláusula Primeira deste instrumento, serão alocados recursos financeiros no valor total de **RS29.512,00 (vinte e nove mil e quinhentos e doze reais)**, **divididos em quatro parcelas no valor de RS7.378,00 (sete mil e trezentos e setenta e oito reais)** cada uma, na dotação orçamentária abaixo indicada:

ANO/EXERCÍCIO 2018

CUSTEIO / PNAE	Dotação Orçamentária	
	1121.12.365.0029.2080	Nat. Desp. 33504100 fonte 2144

2.2 O presente Termo de Colaboração passa a ter o valor global de **RS493.014,30 (quatrocentos e noventa e três mil quatorze reais e trinta centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais Cláusulas e condições do Termo de Colaboração a que se refere este instrumento.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Contagem, de _____ de 2018.

JOAQUIM ANTÔNIO GONÇALVES
Secretário Municipal de Educação

SIRLETE DE ALMEIDA
CPF 769.902.576-87
Organização Educacional João XXIII

Testemunhas:

CPF:

Nome:


CPF:

Nome:



PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS						
1.1 PMC						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
ENDEREÇO: Rua Lino de Moro, 101 3º andar					BAIRRO: Inconfidentes	
CIDADE: Contagem	UF: MG	CEP: 32260-090			DDD/FONE:	
					3352-5607 / 33527001	
1.1.1 GESTOR DA PARCERIA						
NOME				LOTAÇÃO: SEDUC		
Adriane Brasil Gonçalves						
CARGO: Gestora Pedagógico				MATRÍCULA: 139916-7		
E-MAIL GESTOR DA PARCERIA						
adriane.goncalves@edu.contagem.mg.gov.br						
1.2 OSC						
NOME:				CNPJ:		
ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII				16.518.821/0004-05		
ENDEREÇO:				BAIRRO:		
Oliveira, 179				Industrial 3ª seção		
RADE:	UF:	CEP	DDD/FONE	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA		
Contagem	MG	32 223 380	3363-6079	5674/ 1971		
BANCO:	AG:	CC:	NOME DA AGÊNCIA			
104	1639	00005238-0	Caixa Econômica Federal			
E-MAIL						
escolairmaelvira@gmail.com						
1.2 DIRIGENTE						
NOME DO RESPONSÁVEL				CPF:		
Sirlete de Almeida				769.902.576-87		
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO		PERÍODO DE MANDATO		
MG – 4.610.039	Presidente	Presidente		13/04/2017 a 13/04/2020		
ENDEREÇO: Cairú, 75				BAIRRO: Industrial		
CIDADE:	UF	CEP	DDD/FONE	E-MAIL		
Belo Horizonte	Mg	30512-780	3363-6079	escolairmaelvira@gmail.com		
ASSINATURA DO DIRIGENTE VALIDANDO O CONTEÚDO DO PLANO						
<i>Sirlete de Almeida</i>						
2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO						
2.1 – PROGRAMA DE GOVERNO: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL						
2.2 – identificação do objeto:						
Termo Aditivo ao Termo de Colaboração N° 003/2017 para repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com vistas a garantir a alimentação para a manutenção e desenvolvimento da educação infantil.						
2.3 Período de execução:						
Fevereiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.						
2.4 Justificativa da proposição: Faz-se necessário o aporte de recursos financeiros para viabilizar a aquisição de alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar para manutenção e desenvolvimento da educação infantil das 148 crianças matriculadas						
3 – METAS						
Qtd	Meta		Quantidade	Início	Término	
01	Atender com alimentação escolar as crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade da educação infantil.		148	fev/18	Dez./2018	
3.1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
META	AÇÃO	INDICADOR		Início	Término	RESPONSÁVEL
		Und.	Qtd.			

001	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Und.	N/A	FEV/2018	DEZ/2018	Presidente da OSC e Contador responsável		
3.2 – INDICADORES, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS								
Especificar como serão aferidos os indicadores: 001 – Comprovar a correta aplicação dos recursos financeiros repassados conforme estabelecido no Manual de Orientação do PNAE.								
4 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS								
Descrição da Despesa		Quantidade	Valor Parcela 2018			Valor Total da Despesa 2018		
Material de Consumo (conforme planilha Alimentação Escolar)		N/A	R\$ 6.300,00			R\$ 25.200,00		
TOTAL GERAL			R\$ 30.700,00					
5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO								
META PARA 2018		1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela			
		R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00			
VALOR TOTAL PNAE 2018						R\$ 25.200,00		
ORÇAMENTO GLOBAL DA PARCERIA (FUNDEB 2017 E 2018 + PNAE 2018)						R\$ 674.103,22		
6 – CONTRAPARTIDA								
CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO: Não Aplicável Lei Federal nº 13019/2014 Art. 35 §1º.								
7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL								
<p>Prazo para apresentação das contas: As prestações de contas deverão ocorrer após a efetivação dos pagamentos relativos à parcela recebida, logo em seguida será enviado toda documentação ao setor contábil responsável pela instituição que formalizará os anexos conforme previsto na Legislação em vigor. Estes trâmites acontecerão dentro de um período que compreende dos dias 06 (Quinto dia útil) a dia 16 de cada mês. Após o recebimento da documentação contábil, a prestação de contas será encadernada e entregue à SEDUC. Previsão dia 18 de cada mês. Após execução total do objeto, apresentar prestação de contas final.</p>								
8 – PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DA META ESTABELECIDADA NA EXECUÇÃO DO OBJETO.								
Conforme manual de orientação do PNAE.								
PROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA PMC								
<p>9.1 – DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, aprovamos e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo, que será vinculado ao PROCESSO Nº 0003/2018 de 08/02/18, proposto pela (OSC) ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII.</p>								
<p>Contagem, 08 de fevereiro de 2018.</p>								
<p><i>pt Adriane Melgaso Onelas</i> 28088 ADRIANE BRASIL GONÇALVES Gestor da Parceria</p>				<p><i>Joaquim Antônio Gonçalves</i> JOAQUIM ANTÔNIO GONÇALVES Secretário Municipal de Educação</p>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Lista dos principais alimentos permitidos, restritos e proibidos

Alimentos permitidos para aquisição	Alimentos permitidos para aquisição (com restrição para consumo)	Alimentos proibidos para aquisição
Hortaliças, frutas e legumes	Biscoitos e pães com significativo teor de sódio, açúcar ou gorduras (biscoitos tipos Água e Sal e Cream Cracker/ pão francês/ pão tipo bisnaguinha/ pão de queijo/ pão de batata / biscoitos recheados ou com cobertura, biscoito tipo wafer, cookies)	Bebidas com baixo valor nutricional (refrigerantes, refrescos artificiais, bebidas ou concentrados a base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos)
Carnes (bovina, frango ou suína), miúdos e vísceras, pescados, ovos		
Leguminosas (feijão, lentilha, soja, grão-de-bico)		
Cereias e tubérculos (ex: arroz, trigo, milho, aveia/ mandioca, batata, inhame)	Embutidos (presunto, mortadela, salame, peito de peru, salsicha, lingüiça, etc.)	Bebidas alcoólicas
Pães (tipo Hot-Dog/ Hamburger/Forma/ Integral) e Bolos Simples (sem recheio ou cobertura- ex: fubá, laranja, cenoura)	Queijos gordurosos (muçarela, cheddar, prato, catupiry, etc.) e requeijão	
	Alimentos fritos	
	Salgadinhos e pipocas industrializadas	
Cereais matinais sem açúcar	Produtos de confeitaria com recheio e/ou cobertura (bolos, tortas e roscas doces)	
Biscoito Doce (sem recheio ou cobertura- ex: biscoito tipo maisena, maria ou rosquinha)	Molhos calóricos e/ou industrializados (catchup, maionese, mostarda, shoyu, etc.), extrato de tomate	
Farinhas (trigo, arroz, milho, mandioca), macarrão, canjica branca, fubá, canjiquinha	Alimentos enlatados ou em conserva (atum, sardinha, milho, ervilha, palmito, azeitona, etc.)	
Fórmula Infantil	Alimentos que levam em sua composição gordura vegetal hidrogenada (ex: empada, empadão, salgados e doces com massa folhada, etc.)	
Fermentado Acético		
Temperos naturais (colorau, ervas, alho)	Temperos prontos, caldos de carne, galinhas ou legumes	
Polpa de frutas	Cereais matinais com açúcar	
	Creme de leite, leite condensado, chantily	
Café	Guloseimas (balas, bombons, confeitos, chocolates, etc.)	
Chá (infusão)	Doces diversos (em pasta, compotas, de frutas, paçoca, cocada, pudim, etc.)	
Leite, iogurte, queijos brancos (minas, ricota, cottage)	Gelados (sorvetes, picolés, chup-chup, geladinho)	
	Carne de hambúrguer, empanados de frango, bacon	
Açúcar	Farofa pronta	
	Leite de coco	
Óleo vegetal, azeite	Achocolatado em pó ou pronto para consumo	
	Bebida láctea	
Sal Refinado	Gelatina em pó	
	Mel, melado e rapadura	
Margarina e manteiga	Geléias de frutas e frutas cristalizadas	
	Barras de cereias (qualquer tipo)	
Oleaginosas (castanhas, amendoim, nozes, etc.)	Preparações semi prontas ou prontas para consumo (ex: pratos vendidos congelados); alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição- ex: sucos concentrados, mistura para bolo- exceção: leite em pó)	



Parecer Técnico

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como finalidade contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, através de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que supram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Dentre as diretrizes do PNAE, destaca-se o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem os hábitos alimentares saudáveis e o direito a alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

De acordo com a Resolução nº 26, de 17 Junho de 2013, os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar, serão atendidos pelo PNAE, incluindo aqueles matriculados na educação básica das entidades comunitárias, parceiras do poder público, conforme Lei 13019/2014. Destaca-se que as entidades parceiras serão atendidas pelo PNAE mediante a declaração, no Censo Escolar, do interesse de oferecer a alimentação escolar gratuita.

Os recursos financeiros destinados à alimentação escolar ofertada nas entidades comunitárias poderão ser repassados pela Entidade Executora às mesmas mediante formalização de termo de colaboração.

O plano de trabalho apresentado pela OSC, Organização Educacional João XXIII está de acordo com as normas referentes ao PNAE, ou seja, direcionados para exclusiva aquisição de gêneros alimentícios, sendo proibida a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional tais como refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares. Além disso, é restrita a aquisição, com recurso do PNAE, de alimentos

*Proposta
Garantido supple*



enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição).

Para cumprir as medidas citadas, bem como para garantir a oferta de refeições adequadas ao público atendido, os dirigentes das entidades parceiras receberão do Setor de Alimentação Escolar/SEDUC capacitação e manual orientativo já disponibilizado para as unidades contempladas anteriormente pelo PNAE.

Dessa forma, considerando a alimentação escolar como direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, além dos benefícios de sua oferta aos estudantes, conclui-se que as unidades que apresentaram plano de trabalho com objetivo de receber o recurso do PNAE poderão usufruir do mesmo, desde que haja comprometimento formal dos responsáveis pelas entidades parceiras contempladas pelo PNAE a executar o programa de acordo com as orientações repassadas pelo Setor de Alimentação Escolar/SEDUC e com as normas estabelecidas pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.

Contagem/MG, 15 de fevereiro de 2017.

Andréia Braga
Andréia Cecília Braga
Nutricionista - CRN9 8677

Geana Paula
Geana Paula Aparecida dos Santos
Nutricionista- CRN9 17759

Vanessa
Vanessa Martins Amaral Melo
Nutricionista- CRN9 8533

Paula Valéria
Paula Valéria de Oliveira Jacinto
Nutricionista - CRN9 10786



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário



OFÍCIO Nº.: 089/2018 – SEDUC/GAB

Contagem, 25 de janeiro de 2018.

SOLICITAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS VIA TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017

Órgão / Entidade Proponente:							
ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOAO XXIII							
Projeto, Programa ou Evento:							
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PNAE							
PERÍODO DE VIGÊNCIA DO TERMO							
Início: (estimado)				Término: (estimado)			
fevereiro/2018				Dezembro / 2018			
Termo Aditivo que tem por objeto o acréscimo de recursos financeiros para garantir a alimentação escolar na Educação Infantil ,por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme as diretrizes da Lei Nacional nº 11.947/2009.							
DESEMBOLSO FINANCEIRO							
ANO EXERCÍCIO	CONCEDENTE			PROPONENTE			
	Parcela (s)	Parcela (s) R\$	Total R\$	Parcela (s)	Parcela (s) R\$	Total R\$	
2018	04	R\$ 6.300,00	R\$ 25.200,00	.	.		
Total			R\$ 25.200,00	Total			.
A suplementação e despesas decorrentes da assinatura deste Termo aditivo, para o exercício de 2018, correrão à conta das seguintes Dotação Orçamentária:							
Identificação da Despesa				Classificação Orçamentária			
custeio (PNAE)				1121.12.365.0029.2080	Nat. Desp. 33504100	fonte 2144 red. 673	
Conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado, solicito a celebração do presente termo aditivo.							

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Munic. de Educação
Matrícula: 0108004-7

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

Ilma. Sra.
Marilena Chaves
Sec. De Planejamento, Orçamento e Gestão

PROTOCOLO
Nº: _____
Data: ____/____/____
Funcionário: _____

AUTORIZADO COAE

Esta autorização refere-se apenas a adequação orçamentária - financeira da despesa. Os demais procedimentos de contratação devem obedecer as formalidades previstas na legislação.

Marilena Chaves
Marilena Chaves
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Matrícula: 0148814-3

Beatriz de Oliveira Góes
Beatriz de Oliveira Góes
Secretária Municipal Adjunta de Governo
Matrícula: 1488275

Cláudio Silva Ramos
Cláudio Silva Ramos
Secretário Municipal de Fazenda
Mat.: 01488151

Rev. 671

PROV. CRÉD. Nº 309

[Assinatura]

SEPLAN
Matrícula: 0140666-2

Igor de Oliveira Marques
Igor de Oliveira Marques
Sec. Adj. Executivo de Administração
Matrícula: 016633-2

06/02/18



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Lino de Môro, n. 25, Bairro Inconfidentes – Contagem
seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br - www.contagem.mg.gov.br/educacao



OFÍCIO Nº 241 /2018/ GAB / SEDUC

Confere com original
M. Chaves Mat. 1427284
Contagem, 22 de fevereiro de 2018.

À Senhora
Marilena Chaves
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAN

Assunto: **Retificação de reduzida de ofícios enviados.**

Senhora Secretária,

Com nossos cordiais cumprimentos, solicitamos que seja considerada a reduzida 671, ao invés da reduzida 673, enviada nos ofícios abaixo relacionados:

Número	Conveniada	TC	Valor
Of. 089	Organização Educacional João XXII	003/2017	R\$ 25.200,00
Of. 090	Centro de Educação Infantil Arca da Aliança	004/2017	R\$ 30.700,00
Of. 091	Instituto Ser Feliz	005/2017	R\$ 23.600,00
Of. 092	Associação dos Amigos das Vilas Estr. Dalva, São Mateus	006/2017	R\$ 25.300,00
Of. 093	Associação de Assistência Social Jardim das Oliveiras	007/2017	R\$27.500,00
Of. 094	Associação Beneficente Servos de Jesus	008/2017	R\$ 10.200,00
Of. 095	Centro de Educação Infantil e Social Pequeno Príncipe	009/2017	R\$ 16.300,00
Of. 096	Centro Educacional Infantil Maria de Lourdes Gonçalves	010/2017	R\$ 16.700,00
Of. 097	Creche Comunitária Lago Azul	012/2017	R\$ 15.800,00
Of. 098	Associação dos Moradores Vila Estrela Dalva e Vila São Mateus	013/2017	R\$ 21.800,00
Of. 099	Creche Comunitária Paraíso Infantil	015/2017	R\$ 15.600,00
Of. 100	Creche Comunitária São Domingo Sávio	016/2017	R\$ 16.600,00
Of. 101	Centro de Educação Infantil Irmão José Grosso	017/2017	R\$ 19.000,00
Of. 102	Associação Comunitária Unida do Estaleiro	018/2017	R\$ 16.400
Of. 103	Associação Comunitária da Vila São Paulo	020/2017	R\$ 17.500,00
Of. 104	Creche Escolar Infantil Bem Te Vi	021/2017	R\$ 13.200,00
Of. 105	Associação de Assistência Social N. S de Nazaré	022/2017	R\$ 19.000,00

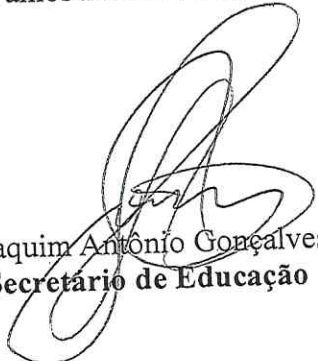
Of. 106	Fundação Santa Filomena	024/2017	R\$ 12.900,00
Of. 107	Associação Protetora e Org. Infantil do Água Branca	025/2017	R\$ 16.300,00
Of. 108	Casa de Apoio Criança Carente de Contagem Lar Criança Vida	027/0217	R\$ 69.500,00
Of. 119	Associação Dona Marilena Pinto de Mattos	033/2017	R\$ 24.800,00
Of. 137	Casa Apoio Criança Carente de Contagem Ipê Amarelo	028/2017	R\$ 17.000,00
Of. 138	Associação Padre Ibiapina		R\$ 7.400,00
Of. 158	Associação Evangélica Beneficente Educacional de Contagem	023/2017	R\$ 12.300

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Folha. 81
15/04/2017

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário de Educação



Controle com original
12/04/2017
1427284

PROV. ORÇ. 309
C. F. P. A.
Walter A. Cavalli de Sá
SEPLAN
Município: 0140533-5



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



Parecer nº.: 193/2018 – PGM/SC/DC

Processo Administrativo PGM: 2113/2017, 2098/2017, 2406/2017, 2514/2017, 2404/2017, 2487/2017, 330/2018, 2486/2017, 2525/2017, 2582/2017, 2630/2017, 2583/2017, 2707/2017, 2907/2017, 2956/2017, 2993/2017, 3030/2017, 3143/2017, 08/2018, 3179/2017, 62/2018.

Assunto: Ações de Educação Infantil na Modalidade Creche e Pré-Escola.

Interessado(s): Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)

EMENTA: TERMO ADITIVO – LEI Nº 11.947/2009 – OFERTA DE ALIMENTAÇÃO GRATUITA – EDUCAÇÃO INFANTIL – POSSIBILIDADE. 1. Celebração de Termo aditivo em Termo de Colaboração, para incluir o fornecimento de alimentação nas escolas. 2. Previsão legal. 3. Possibilidade jurídica da avença. 4. Confirmação da presença dos pressupostos pela Secretaria de Educação antes da celebração.

RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico acerca da possibilidade de celebração de Termo Aditivo aos Termos de Colaboração abaixo relacionados, celebrados entre a Prefeitura de Contagem e as OSCs que prestam serviços de educação infantil, nas modalidades creche e pré-escola, visando repassar recursos financeiros para garantir a alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2. O presente parecer jurídico refere-se às parcerias que se seguem:

- I – Termo de Colaboração 003/2017, Organização Educacional João XXIII;
- II – Termo de Colaboração 004/2017, Centro de Educação Infantil Arca da Aliança;
- III – Termo de Colaboração 006/2017, Associação dos Amigos das Vilas Estrela Dalva, São Mateus e Adjacências;
- IV – Termo de Colaboração 007/2017, Associação de Assistência Social Jardim das Oliveiras;
- V – Termo de Colaboração 008/2017, Associação Beneficente Servos de Jesus;
- VI – Termo de Colaboração 009/2017, Centro Social e Educacional Pequeno Príncipe;



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



- VII – Termo de Colaboração 010/2017, Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Gonçalves;
- VIII – Termo de Colaboração 012/2017, Creche Comunitária Lago Azul;
- IX – Termo de Colaboração 013/2017, Associação dos Moradores das Vilas Estrela Dalva e São Mateus;
- X – Termo de Colaboração 015/2017, Creche Comunitária Paraíso Infantil;
- XI – Termo de Colaboração 016/2017, Instituto São Domingos Sávio;
- XII – Termo de Colaboração 017/2017, Centro de Educação Infantil Irmão José Grosso;
- XIII – Termo de Colaboração 018/2017, Associação Comunitária Força Unida do Bairro Estaleiro;
- XIV – Termo de Colaboração 020/2017, Associação Comunitária da Vila São Paulo;
- XV – Termo de Colaboração 021/2017, Creche Escolar Infantil Bem-Te-Vi;
- XVI – Termo de Colaboração 022/2017, Associação de Assistência Social Nossa Senhora de Nazaré;
- XVII – Termo de Colaboração 023/2017, Associação Evangélica Beneficente Educacional da Cidade de Contagem;
- XVIII – Termo de Colaboração 025/2017, Associação Protetora Organizada Infantil do Água Branca;
- XIX – Termo de Colaboração 027/2017, Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem;
- XX – Termo de Colaboração 028/2017, Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem Ipê Amarelo;
- XXI – Termo de Colaboração 033/2017, Associação Dona Marilene Pinto de Mattos;

3. As minutas de Termo Aditivos contidos nos processos administrativos acima têm por objeto acréscimo de recursos financeiros para garantir a alimentação escolar na educação infantil por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE em observância das diretrizes da Lei Nacional nº 11.947/2009, que estabelece diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Lei Nacional nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, e da Lei Nacional nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (cláusula primeira).

4. Todos os processos foram instruídos com **Ofício da Secretaria de Educação encaminhando o processo e solicitando parecer jurídico; Minuta de Termo Aditivo; Plano de Trabalho; Parecer Técnico; Solicitação de Recursos Orçamentários; e Ofício nº 241/2018/GAB/SEDUC** retificando a classificação orçamentária reduzida que suportará as despesas.

CONFERE COM ORIGINAL
Secretaria de Educação
Joões Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



5. Este é o relatório.

FUNDAMENTOS

6. Em primeiro lugar, importante esclarecer o sentido das disposições contidas na Lei Federal 13.019/2014 e na Lei Municipal 4.910/2017, que determinam a não aplicação de suas disposições aos casos contidos no art. 5º, da Lei 11.947/2009, ou seja, a Lei que regula o PNAE, *in verbis*:

Lei 13.019/2014

Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:
[...]

VII - às transferências referidas no art. 2º da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, e nos arts. 5º e 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009

Lei 4.910/2017

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre as regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco.

§1º - As disposições desta Lei não se aplicam:

VII - ao repasse para contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

7. A redação dos artigos acima aludidos, principalmente o da Lei Municipal 4.910/2017, pode induzir a erro, levando ao entendimento de que não seria necessário ou mesmo possível ao Município firmar parcerias para a realização do repasse às instituições educacionais.

8. No entanto, o repasse a que se refere o art. 5º da Lei 11.947/2009, em que é prescindível a observância das exigências da Lei Federal 13.019/2014 e da Lei Municipal 4.910/2017, é o realizado pela União para os Estados, Municípios e Distrito Federal. Essa transferência é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação (FNDE) aos entes federados por depósito em conta específica, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, em consonância com a redação



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



do § 1º, do citado art. 5º, da Lei 11.947/2009, conforme se depreende da leitura, *ipsis litteris*:

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

9. Por conseguinte, conclui-se que a União, por meio do FNDE, repassa, diretamente, os recursos aos Estados, Municípios e Distrito Federal sem necessidade de nenhum tipo de ajuste. Trata-se, pois, de uma transferência automática, caracterizada por ser:

[...] aquelas realizadas sem a utilização de convênio, ajuste, acordo ou contrato. São realizadas mediante o depósito em conta corrente específica, para a descentralização de recursos em determinados programas na área de educação (disciplinadas pela Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/8/2001). Atualmente abrange os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos (EJA). (BRASIL, 2005)

10. Os Municípios, portanto, recebem os recursos do PNAE em montante baseado no número de alunos devidamente matriculados em sua rede de educação básica, de acordo com os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar, conforme determina o §4º, art. 5º, da Lei 11.947/2009. Após receber o dinheiro, os municípios o destinam à sua rede básica de educação, que é formada por seus estabelecimentos próprios e pelas entidades privadas filantrópicas ou comunitárias, desde que estejam conveniadas, conforme especifica o § 5º, do art. 5º, da mesma Lei Federal, nestes termos:

Art. 5º [...]

§ 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

CONFERE ORIGINAL
Soares Vilarinho
0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

11. No mesmo sentido, a Cartilha Nacional da Alimentação Escolar (BRASIL, 2014), informa que:

São atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC).

Também são considerados integrantes das redes estadual, municipal e distrital os alunos cadastrados no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento e matriculados na educação básica das entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial e confessionais e entidades comunitárias, conveniadas com o poder público.

12. O art. 4º, da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 reitera que os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal serão atendidos pelo PNAE, em conformidade com o censo escolar do exercício anterior. O § 1º do citado artigo também determina que são considerados como integrantes das redes públicas estadual, distrital e municipal os alunos cadastrados no censo escolar do ano anterior e matriculados na:

- I – educação básica das entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial e confessionais;
- II – educação básica das entidades comunitárias, conveniadas com o poder público.

13. Isto posto, resta demonstrado que a celebração de parceria é condição necessária para que o Município repasse recursos do PNAE para as entidades privadas sem fins lucrativos, uma vez que estas somente integram a rede básica de educação quando “CONVENIADAS”, não havendo possibilidade de repasse direto de valores para aludidas instituições.

14. Todavia, em conformidade com o que estabeleceu o art. 84-A, da Lei Federal 13.019/2014, a partir do início de sua vigência somente será possível a celebração de convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84, de acordo com o que estabelece o art. 84-A, *in verbis*:

CONFERE COM ORIGINAL
Federal Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, convênios:

- I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
- II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º.

Art. 84-A. A partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84.

15. Estando vedada a celebração de convênios entre o Município e as entidades educacionais comunitárias ou filantrópicas que prestam serviço de educação infantil, resta como alternativa a celebração de um dos ajustes da Lei 13.019/2014 para a realização de transferência de recursos para a manutenção das atividades educacionais, o que efetivamente ocorreu por meio da assinatura de Termos de Colaboração.

16. Assim, infere-se que as entidades privadas sem fins lucrativos com parceria em vigor com o Ente Público são integrantes de sua respectiva rede de ensino e assim são aptas a receber repasses de recursos do PNAE, conforme dispõe o art. 6º, da Lei 11.947/2009, nestes termos:

Art. 6º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber.

17. A Resolução FNDE 26/2013 traz regra no mesmo sentido, autorizando que o Município repasse os recursos do PNAE às entidades de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, *ipsis litteris*:

Art. 8º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE, no valor per capita fixado no art. 38, inciso II desta Resolução, às UEx. das escolas de educação básica pertencente à sua rede de ensino, observado o disposto nesta Resolução.

18. Todavia, o § 3º, do art. 4º, da mesma Resolução determina que essas entidades somente serão atendidas pelo PNAE se declararem, no censo escolar, que possuem interesse em oferecer a alimentação gratuita aos alunos, *in verbis*:

§3º As entidades de que tratam os incisos I e II serão atendidas pelo PNAE mediante a declaração, no Censo Escolar, do interesse de oferecer a alimentação escolar gratuita.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
M. Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



19. Nesta senda, a Administração Pública deve averiguar o cumprimento desta regra.

20. Na situação descrita no art. 8º, da Resolução FNDE 26/2013, em que a opção da Administração Municipal é operacionalizar o programa de alimentação escolar por meio de repasse dos recursos às entidades, o § 1º, do artigo acima citado vaticina que esta deve assegurar:

Art. 8 - [...]

§1º No caso da operacionalização do programa na forma prevista no caput, o Estado, Município e Distrito Federal deverão assegurar a estrutura necessária para:

I – a realização do devido processo licitatório e/ou aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 14 da Lei nº 11.947/2009;

II – a ordenação de despesas, gestão e execução dos contratos administrativos;

III – o controle de estoque e armazenamento dos gêneros alimentícios; e

IV – a prestação de contas e demais atos relacionados à correta utilização dos recursos financeiros.

21. Após essas observações, analisar-se-á a possibilidade de celebrar Termo Aditivo aos Termos de Colaboração em vigor com as Organizações da Sociedade Civil da educação infantil de Contagem para fornecimento de alimentação gratuita para os alunos.

22. O art. 57, da Lei Federal 13.019/2014 prevê a possibilidade de se revisar o plano de trabalho para alteração de valores ou de metas por meio de Termo Aditivo ou por Apostila ao plano de trabalho original.

23. Já o art. 45, da Lei Municipal 4.910/2017 permite a alteração do Termo de Fomento ou de Colaboração e do plano de trabalho de forma consensual, desde que não haja alteração do objeto da parceria, por termo aditivo, para ampliar em até 30% do valor global original (aludido percentual é o limite máximo de aumento, mesmo



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



que ocorra mais de uma alteração de valor e deve ser calculado sempre sobre o montante inicial), nestes termos:

Art. 45 - O órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Município poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

- por termo aditivo à parceria para:

a) ampliação de até 30% (trinta por cento) do valor global;

24. Nesse sentido, a alteração das condições iniciais da parceria por meio da celebração de Termo Aditivo, aumentando os recursos destinados à entidade e alterando o Termo de Colaboração e o plano de trabalho, possui respaldo legal no art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e art. 45, da Lei Municipal 4.910/2017.

25. No caso em análise, cumpre verificar se a inclusão de fornecimento gratuito de alimentação na unidade escolar configura alteração do objeto inicialmente firmado, qual seja, desenvolvimento de atividades educacionais na educação infantil nas modalidades creche e pré-escola.

26. Em primeiro lugar, insta salientar que o **objeto da parceria continua sendo a prestação de serviços de educação infantil, porém, agora complementado pelo fornecimento de alimentação escolar gratuita**. Ressalta-se também que estão sendo aportados, na parceria, recursos repassados pela União especificamente para a alimentação escolar dos alunos das entidades colaboradoras do Município, em conformidade com as disposições da Lei 11.947/2009.

27. O caso traz à baila uma situação em que são incluídas metas, financiadas com recursos específicos, no plano de trabalho, metas essas referentes à oferta de alimentação gratuita aos alunos das escolas comunitárias pertencentes à rede pública de ensino. Referidas entidades educacionais somente são consideradas integrantes da rede pública por serem "conveniadas" com a Administração, ou seja, elas celebraram

CONFERE COM ORIGINAL
Frederico Soares Vilarinho
Ass. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



Termos de Colaboração para realizar atividades educacionais em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

28. Nesse sentido, importa reiterar que o recurso do PNAE somente atende aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de ensino federal, estadual, distrital e municipal, e somente fazem parte dessa rede as entidades privadas sem fins lucrativos que são “conveniadas” com a Administração Pública. Assim, o recurso do PNAE somente pode ser repassado às instituições que já possuem parcerias em vigor e declararam, no censo do ano anterior, a intenção de fornecer alimentação gratuita aos alunos.

29. Essas determinações legais impedem que sejam firmadas parcerias para repasse de recursos do PNAE com entidades que não integram a rede pública de ensino, ou seja, o recurso somente pode ser direcionado às organizações da sociedade civil prestam serviços educacionais subvencionada pelo Estado, por meio de Termos de Colaboração.

30. A limitação acima aludida inviabiliza a realização de qualquer procedimento competitivo, como um chamamento público, para a transferência dos recursos do PNAE, pois somente as entidades já selecionadas para serem parceiras do Poder Público são aptas a recebê-lo.

31. Nesse sentido, a obrigação de repassar os recursos para entidades já pré-selecionadas auxilia a embasar a escolha pela utilização do Termo Aditivo para repassar os recursos do PNAE em lugar de celebrar novos Termos de Colaboração independentes.

32. Importante ressaltar que ainda não há clareza interpretativa acerca do significado da expressão “alteração de valores ou de metas” contida no art. 57, da Lei

CONFERE ORIGINAL
Edson Soares Vilarinho
Tel. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



Federal 13.019/2014 ou da expressão “alteração de seu objeto”, estatuída no art. 45, da Lei Municipal 4.910/2017. Isso se deve ao fato de que ambas as leis são muito recentes, não havendo ainda uma demarcação exata de como deve agir a Administração nestas situações.

33. As parcerias que anteriormente eram realizadas por meio de Convênio, agora formalizadas por meio de Termo de Colaboração ou Termo de Fomento. E, tanto o convênio quanto os Termos da Lei 13.019/2014, são formas de ajuste em que não há intenção de lucro por parte da entidade privada, que realiza atividades ou projetos de interesse público, em mútua colaboração com o Estado.

34. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (2017, p. 232), são “[...] convênios administrativos os ajustes firmados por pessoas administrativas entre si, ou entre estas e entidades particulares, com vistas a ser alcançado determinado objetivo de interesse público.”

35. Este mesmo autor continua lecionando no sentido de que convênio e contrato não se confundem, embora tenham em comum a existência de vínculo jurídico originado pela manifestação de vontades dos participantes. Maria Sylvia Zanella di Pietro (2014, p. 352) assevera que “o convênio tem em comum com o contrato o fato de ser um acordo de vontades.”

36. Carvalho Filho (2017, p. 232) ensina que “a rigor, pode admitir-se que ambos os ajustes se enquadram na categoria de contratos *latu sensu*, vez que neles estão presentes os elementos essenciais dos negócios consensuais.” Continuando, ele descreve os dois institutos, apontando suas diferenças, *in verbis*:

No contrato, os interesses são opostos e diversos; no convênio, são paralelos e comuns. Nesse tipo de negócio jurídico, o elemento fundamental é a *cooperação*, e não o lucro, que é o almejado pelas partes no contrato. De fato, num contrato de obra, o interesse da Administração é a realização da obra, e o do particular, o recebimento do preço. Num convênio de assistência

CONFERE SEM ORIGINAL
Florencia Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



a menores, porém, esse objetivo tanto é do interesse da Administração quanto do particular. Por isso, pode-se dizer que as vontades não se compõem, mas se adicionam. (CARVALHO FILHO, p. 232)

37. Essa é a mesma lógica trazida pela Lei Federal 13.019/2014, que instituiu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que regula as parcerias entre a Administração e as OSCs, ao estatuir o que se segue em seu art. 1º:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

38. Nesse sentido, vê-se que a intenção dos ajustes da Lei 13.019/2014 é a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da execução de atividades ou de projetos estabelecidos em planos de trabalho.

39. Nesse sentido, impende trazer as lições contidas em artigo sobre alteração de objeto conveniado e a diferença entre o desvio de finalidade e o desvio de objeto. Nesse estudo, Michel Laureano Torres (2012), com base em estudos do Decreto 6170/2007 e Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, afirma que a legislação que rege a celebração de convênios veda a alteração do objeto da parceria após sua celebração, nestes termos:

Isso significa que depois de celebrado o convênio, o objeto não pode mais ser alterado. Aliás, não se trata de proibição dirigida apenas ao conveniente. O concedente também não está autorizado a alterar o objeto conveniado, ainda que ajustado com o conveniente. É o que se conclui da leitura do inciso XXIII do § 2º do art. 1º da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, que veda termos aditivos contendo essa espécie de modificação.

40. Existem exceções à regra que proíbe a alteração do objeto, sendo que este pode ser alterado quando for para "[...] **ampliação da execução do objeto pactuado e a redução ou exclusão de meta**, desde que assegurada a manutenção da funcionalidade do objeto conveniado." (TORRES, 2012)



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



41. A vedação à alteração do objeto busca proteger os interesses públicos existentes à época da celebração do ajuste, demonstrando quais são as prioridades da política governamental. É necessário garantir a FUNCIONALIDADE PLENA do objeto do convênio, por isto resta vedado que o recurso recebido para construir uma escola seja utilizado para construir uma ponte.

42. O cuidado com a funcionalidade do resultado final do convênio resta demonstrada pelas seguintes passagens:

No entanto, a Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 apresenta duas exceções à regra. Mediante consentimento prévio do concedente, é permitida a **ampliação da execução do objeto pactuado** e a **exclusão ou redução de meta do convênio**. O que não se admite, de forma alguma, é a **alteração unilateral do objeto**, nem tampouco o **comprometimento da sua funcionalidade**. (TORRES, 2012)

Ou seja, o objeto do convênio, ao ser concluído, deve possuir **funcionalidade plena**, independentemente de outras ações ou etapas futuras. O produto final do convênio precisa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. (TORRES, 2012)

43. Então, a vedação à alteração do objeto visa impedir a utilização do recurso financeiro em destinação diversa da pactuada, uma vez que isso pode impedir que o objeto seja executado plenamente ao final do convênio. Torres (2012) cita lição de Ubiratan Aguiar, segundo a qual “quando na execução das ações o gestor, além de não obedecer ao objeto pactuado, modificar a destinação das áreas para as quais os recursos haviam sido transferidos, tem-se caracterizado o desvio de finalidade.”

44. E complementa Torres (2012) afirmando que:

Com efeito, os recursos transferidos por intermédio de convênios devem ser considerados componentes de políticas de governo previamente estabelecidas, as quais buscam solucionar problemas em áreas específicas, tidas como prioritárias. Remanejar recurso com destino conferido pelas leis orçamentárias significa transposição de crédito sem prévia autorização legislativa, o que é vedado pelo artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal. Assim, se os recursos são destinados à construção de uma escola, por exemplo, os partícipes não podem alterar o objeto da avença para a construção de um hospital, ainda que esta seja uma necessidade imediata da comunidade. Trata-se de um notório caso de desvio de finalidade na execução do convênio.

CONFERE COM ORIGINAL
Frederico Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



45. No caso sob análise, a finalidade é a execução de atividades de educação infantil que, conforme será explanado abaixo, ocorre de maneira mais satisfatória e integral com a complementação do fornecimento de alimentação gratuita. Esclarecendo, o fornecimento de alimentação é uma atividade que não altera e nem prejudica o cerne do objeto da parceria (finalidade), mas o completa e possibilita um melhor resultado final.
46. Destarte, a inclusão das metas referentes ao fornecimento de alimentação será custeada por recursos específicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), não se utilizando dos recursos destinados à execução dos serviços de educação infantil, que manterá integralmente a realização de todas as metas pactuadas.
47. Se os recursos que garantirão o fornecimento de alimentação gratuita na escola são totalmente independentes dos recursos que financiam as atividades educacionais, em tese, a escolha por celebrar novo Termo de Colaboração ou Termo Aditivo no Termo de Colaboração original seria apenas a maneira de se formalizar o ajuste, não gerando outras consequências para a parceria.
48. Nesse ponto, fica a ressalva de que as entidades devem possuir uma conta exclusiva para os recursos do PNAE, conforme determina o § 4º, do art. 8º, da Resolução CD/FNDE 26/2013, *ipsis litteris*:
- §4º Os recursos financeiros repassados na forma deste artigo deverão ser creditados pela EEx. diretamente às UEx. em conta específica, aberta pela EEx. para tal fim, observado, no que couber, o disposto no art. 38.
49. Certo é que o ordenador de despesas optou por aditar o Termo de Colaboração original em vez de celebrar novo Termo de Colaboração com o objeto exclusivo de fornecimento de alimentação escolar.
50. A escolha se sustenta em princípios caros à Administração Pública, como razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, por entender improdutiva a celebração

CONFERE COM ORIGINAL
Márcia Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



de Termos de Colaboração para o repasse dos recursos do PNAE independentes dos Termos de Colaboração destinados a financiar a atividade educacional, uma vez que serão firmados com as mesmas entidades.

51. O princípio da eficiência, incluído em nosso ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, determina a necessidade de que as atividades administrativas sejam realizadas de forma a lograr os melhores resultados. Maria Sylvia Zanello di Pietro (2014, p. 84) afirma que:

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado com relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

52. A autora defende, todavia, que não devem ser violados outros princípios em prol da eficiência, principalmente o princípio da legalidade (Di Pietro, p. 85), com decisões contrárias ao direito.

53. Por seu turno, José dos Santos Carvalho Filho afirma que;

O núcleo do princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional. Há vários aspectos a serem considerados dentro do princípio, como produtividade e economicidade, qualidade, celeridade e presteza e desburocratização e flexibilização, como acentua estudiosos sobre o assunto.

54. Destarte, o princípio da eficiência protege a atuação mais célere e mais econômica, tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais para realizar suas finalidades, sempre com observância da Lei.

55. Por seu turno, o princípio da razoabilidade determina que as ações administrativas devem se postar dentro de limites aceitáveis e serve para controlar as decisões da Administração. Segundo afirma Carvalho Filho (2017, p. 42),

CONFERE COM ORIGINAL
Credenc. Soares Vilarinho
Mat. 38922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



[...] o princípio da razoabilidade tem que ser observado pela Administração à medida que sua conduta se apresente dentro dos padrões normais de aceitabilidade. E atuar fora desses padrões, algum vício estará, sem dúvida, contaminando o comportamento estatal. Significa dizer, por fim, que não pode existir violação ao referido princípio quando a conduta administrativa é inteiramente revestida de licitude.

56. Portanto, sempre que o princípio da legalidade estiver imaculado, a decisão administrativa atenderá ao princípio da razoabilidade.

57. A proporcionalidade também é um princípio destinado a propiciar o controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. Ele significa que o administrador deve agir “com equilíbrio, sem excessos e proporcionalmente ao fim a ser atingido.” (CARVALHO FILHO, 2017, p. 44)

58. Carvalho Filho (2017, p. 44) informa há três elementos que compõem o princípio da proporcionalidade, a adequação (o meio deve ser compatível com o fim colimado), a exigibilidade (o meio escolhido é o que causa o menor prejuízo aos indivíduos) e a proporcionalidade em sentido estrito (as vantagens a serem conquistadas superam as desvantagens).

59. Nesse sentido, a escolha do Administrador pelo Termo Aditivo encontra-se em consonância com a eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que seria muito mais custoso ao município a realização de todo o trâmite legal para a celebração de novos Termos de Colaboração exclusivos para fornecimento de alimentação, quando estes termos seriam celebrados com as mesmas entidades que estão recebendo os recursos por meio de termo aditivo. Além disso, os Termos de Colaboração independentes onerariam ainda mais os recursos materiais e de pessoal do Município.

60. Ademais, importante ainda assinalar que o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não consiste pura e simplesmente em disponibilizar alimentos, ao contrário, visa oferecer refeições balanceadas e com alto valor nutritivo,

COPIA ORIGINAL
Socres Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



criando uma cultura de alimentação saudável que auxilia no aprimoramento da aprendizagem e rendimento escolar. O art. 4º, da Lei 11.947/2009 traz o seguinte preceito:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

61. Informações contidas no sítio eletrônico do Funda Nacional do Desenvolvimento da Educação¹, "o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública."

62. No mesmo sentido, Malaguti (2015, p. 15) afirma que "o PNAE, pela Lei, busca garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as crianças, com vistas a ofertar alimentos mais saudáveis e frescos, valorizando os hábitos alimentares locais [...]".

63. Destaco ainda a redação do art. 3º, da Lei 11.947/2009, que impõe ao Estado o dever de prover alimentação escolar aos alunos da rede básica pública de ensino, nestes termos:

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

64. Assim, o acesso ao ensino infantil gratuito combinado com oferta de alimentação saudável e ações de educação alimentar e nutricional possibilitam o desenvolvimento integral das crianças, atingindo melhores resultados na formação dos futuros cidadãos.

65. Ademais, como se percebe, o PNAE visa gerar condições para que o aluno absorva melhor as informações do ensino regular e crie hábitos alimentares saudáveis,

¹ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em 19 mar. 2018.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



pois uma coisa está relacionada à outra. Carlos Monteiro (2005, *apud* FONSECA & CARLOS, 2015, p. 29924) afirma que:

Tanto a aprendizagem escolar, quanto o direito a uma alimentação balanceada estão intimamente ligados, ou seja, a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em vários estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia.

66. As vantagens da alimentação saudável para a melhora do desempenho estudantil são várias, por isso:

O governo Federal no intuito de oferecer uma merenda escolar de qualidade aos alunos das escolas públicas indica aos órgãos competentes repensarem o cardápio adotado a fim de contribuir para a obtenção de um rendimento escolar mais significativo e ainda manter a saúde. (Brasil, 2006). Assim, para que a criança tenha um desenvolvimento e uma vida saudável se faz necessário entre outros fatores, estar bem alimentada para que as necessidades vitais e cerebrais sejam bem exploradas. (FONSECA & CARLOS, 2015, p. 29926)

67. *Contrario sensu*, a alimentação por alimentos processados e industrializados, com baixo teor nutritivo, tem impacto negativo no desempenho escolar e desenvolvimento pessoal serão prejudicados, conforme afirmam Fonseca e Carlos (2015, p. 29925), *in verbis*:

É notório que os alimentos industrializados, ricos em gorduras e conservantes e os fastfoods afetam o desenvolvimento orgânico, e ainda mais quando se trata desses indivíduos em fase de crescimento e que estão na Escola. Sendo assim, o estudante ao consumir alimentos pobres em nutrientes, possivelmente o seu desempenho escolar será prejudicado, a sua saúde e seu corpo ficarão debilitados e o interesse e aptidão para estar na sala de aula irá diminuir o que pode levar a uma evasão escolar.

68. Destarte, por todos os argumentos acima expendidos, resta comprovado que o fornecimento de alimentos gratuitos nas entidades educacionais por meio do PNAE não constitui alteração do objeto originalmente pactuado. Pelo contrário, busca catalisar seus resultados e auxiliar no desenvolvimento integral da criança.

69. A merenda constitui, portanto, um complemento à educação e não pode ser concedida de forma separada do objeto "prestação de serviços educacionais".

CONFERE COM ORIGINAL
Fedeirio Soares Vilarinho
tel. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



70. PORTANTO, POR MOTIVOS ÓBVIOS, SOMENTE AS ENTIDADES COMUNITÁRIAS OU FILANTRÓPICAS COM PARCERIAS EM VIGOR PODEM RECEBER REPASSES DE RECURSOS PARA OFERTAR ALIMENTAÇÃO ESCOLAR GRATUITA, JUSTIFICANDO A UTILIZAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO INVÉS DE CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE COLABORAÇÃO INDEPENDENTES.

71. Então, resta a Secretaria Municipal de Educação confirmar se o acréscimo nos valores da parceria não superam 30% (trinta por cento) DO VALOR ORIGINAL, conforme determinado pelo art. 45, da Lei Municipal 4.910/2017 (conforme demonstrado no item 17 deste parecer).

72. Com relação aos comandos da Lei 13.019/2014 aplicáveis, a Secretaria deve analisar se a entidade mantém os requisitos necessários à celebração de parcerias, no caso, se o Certificado de Credenciamento ainda está em vigor e se a entidade está prestando contas devidamente dos valores recebidos.

73. Ademais, a Secretaria deve confirmar se foi atendido o art. 35, da Lei 13.019/2014, que exige adoção das seguintes providências pela Administração Pública:

- I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;
- II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;
- III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;
- V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública;
- VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

74. O inciso I não precisa ser observado, por se tratar de um Termo Aditivo a uma parceria já celebrada.

CONFERE COM ORIGINAL
Frederico Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



75. A indicação expressa de prévia dotação orçamentária é atendida pela solicitação de recursos orçamentários, se esta estiver expressamente identificada no documento. O inciso III é importante para avaliar se a entidade possui capacidade técnica e operacional para fornecer alimentação. A aprovação do plano de trabalho é necessária para se esclarecer como serão utilizados os recursos. Por fim, o parecer técnico é instrumento importante de transparência das ações do Poder Público.

76. Ressalta-se que o plano de trabalho a ser aprovado deve apresentar de forma clara e objetiva as atividades, as metas, os objetivos, os recursos envolvidos na execução do objeto, bem como as demais informações necessárias à prestação de contas e ao monitoramento pela Administração Pública.

77. Por outro lado, o parecer técnico deve se pronunciar, expressamente, sobre os itens exigidos no inciso V, do art. 35, da Lei 13.019/2014 e deve ser assinado pelo Secretário da pasta interessada.

78. Importante registrar que, em CADA PROCESSO, os valores contidos no plano de trabalho, no documento de solicitação de recursos orçamentários e na minuta do Termo Aditivo devem ser idênticos, não podendo haver discrepâncias.

79. A Secretaria de Educação deve observar a Lei 11.947/2009 e a legislação aplicável (principalmente a Resolução FNDE 26/2013), atentando-se, principalmente, à proporção de alunos matriculados e o montante do valor repassado; a forma de aplicação dos recursos financeiros (inclusive no que se refere aquisição de bens da agricultura familiar) e os itens a serem adquiridos; elaboração dos cardápios por nutricionista.

CONFERE COM ORIGINAL
Credenc. Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



80. Ademais, cabe apontar que o parágrafo 4º, do art. 8º, da Resolução 26/2013 impõe que os recursos do PNAE sejam creditados em conta aberta especificamente para esse fim, *in verbis*:

§4º Os recursos financeiros repassados na forma deste artigo deverão ser creditados pela EEx. diretamente às UEx. em conta específica, aberta pela EEx. para tal fim, observado, no que couber, o disposto no art. 38.

81. Assim, mesmo que o recurso seja transferido por meio de Termo Aditivo ao Termo de Colaboração, ele deve ser direcionado para uma conta diversa da conta principal da parceria, o que facilitará inclusive na prestação de contas.

82. Em deferência a todo o exposto, antes do término, impende registrar que de um modo geral o parecer extravasa análise acerca de determinado ato administrativo que será executado por agente público diverso. A bem da verdade, objetiva-se informar, trazer à baila questões que podem ser desconhecidas ao executor do ato administrativo, estimulando a reflexão antes da tomada de decisão. Existem divergências doutrinárias acerca da natureza do parecer, se se trata de ato administrativo ou não. Independente dos posicionamentos divergentes é opinião uníssona que o parecer não vincula a autoridade executora do ato administrativo final que persegue e deseja a consecução do ato em si. Ou seja, a execução do ato não se vincula ao parecer.

83. O caráter opinativo do parecer não se confunde com o fato deste ser obrigatório ou facultativo à execução do ato administrativo. O parecer obrigatório possui esta nomenclatura por ser necessário para execução de determinados atos administrativos, ou seja, a legislação determina previamente à adoção de certo ato, a existência de um parecer. Assim, a obrigatoriedade está vinculada a elaboração do parecer e não ao conteúdo elaborado pelo prolator. Portanto, o parecer consubstancia uma opinião técnica do emitente, sendo um norte, não vinculando o administrador que tem a competência decisória para praticar o ato administrativo. O conteúdo do parecer e o ato perseguido são distintos.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



84. Por fim, destaca-se que, o presente parecer jurídico desta PGM cinge-se à possibilidade legal de Celebração de Termo Aditivo para repasse de recursos do PNAE às OSCs com Termos de Colaboração em vigor para oferecimento de educação infantil, não analisando o mérito (oportunidade e conveniência) da Administração.

85. A lei 13.019/2014 traz, no art. 35, § 2º, regra no sentido de determinar a possibilidade de se aprovar o processo com ressalvas, permitindo que o Administrador decida por sanear os aspectos ressalvados, ou mediante ato formal, justificar a preservação dos aspectos ressalvados ou sua exclusão. Nestes termos:

§2º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

86. Nesse sentido, salienta-se a responsabilidade pessoal e exclusiva da autoridade consulente caso não tome as providências requeridas no parecer, cujo cumprimento é requisito do ato de aprovação, para a regularização do procedimento.

CONCLUSÃO

87. Por todos os argumentos expendidos, conclui-se pela possibilidade de celebração de Termos Aditivos para repasse de recursos do PNAE às entidades privadas sem fins lucrativos que integram a rede básica pública de ensino, desde que a Secretaria realize as diligências indicadas neste parecer, antes da assinatura, quais sejam:

- A – averiguar se a entidade declarou a intenção de fornecer alimentação gratuita, conforme item 18 e 19;
- B – exigir que a entidade possua conta específica para receber os valores referentes ao PNAE, conforme itens 48 e 80/81;
- C – confirmar se a alteração da parceria não ultrapassa o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor global da parceria (mesmo que haja mais de uma alteração de valor, o teto máximo deve ser 30% do valor inicial da parceria), conforme item 71;

CONFERIR ORIGINAL
Frederico Soares Vilarinho
Mat. 0138922-6



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



D – verificar se a entidade possui certificado de credenciamento em vigor e se está prestando contas regularmente, conforme item 72;

E – adotar as providências exigidas pelo art. 35, da Lei 13.019/2014, de acordo com itens 73 a 77;

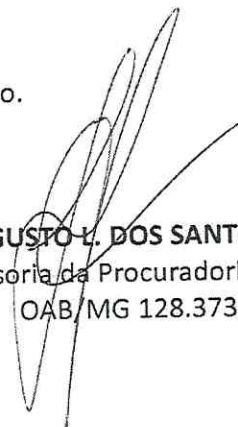
F – garantir que o Termo Aditivo, o plano de trabalho e a solicitação de recursos orçamentários contenham valores iguais, conforme item 78;

G – observar todos os preceitos da Lei 11.947/2009 como pressuposto para celebração do Termo Aditivo, conforme item 79;

88. Abstendo-se de apreciar os aspectos inerentes à conveniência e à oportunidade da Administração Pública, bem como outras questões técnicas específicas alheias ao Jurídico, sabido que o parecer não é vinculativo, sendo de responsabilidade do Ordenador de Despesas o discernimento quanto à forma de execução do ato, salvo diverso juízo superior, são esses os aspectos legais ora examinados.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Contagem, 20 de abril de 2018.


JOSÉ AUGUSTO L. DOS SANTOS JÚNIOR
Assessoria da Procuradoria-Geral
OAB/MG 128.373

DESPACHO/GAB/SPG/PGM Nº 221/ 2018

APROVO O PARECER.

Contagem, 20 de abril de 2018.


RAFAEL BRAGA DE MOURA
Procurador-Geral Adjunto do Município de Contagem



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Superintendência Consultiva
Diretoria de Consultivo



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Gestão de recursos federais: manual para os agentes municipais**. 2005. Disponível em:
<<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/cartilhagestaorecursosfederais.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. 2014. Disponível em:
<<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

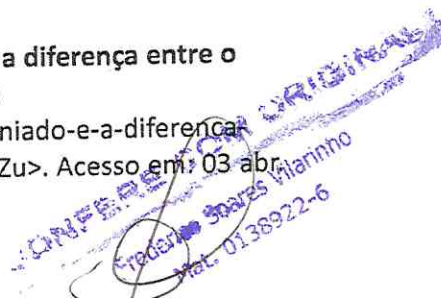
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27ª Ed, São Paulo: Atlas. 2014.

FONSECA, Auremary Nazaré Gomes; CARLOS, José. **Merenda escolar: um estudo exploratório sobre a implementação do programa nacional de alimentação na escola – PNAE, na Unidade Integrada Padre Newton Pereira em São Luís**. Anais do XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em:
<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20622_10865.pdf>. Aceso em: 20 mar. 2018.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar de Itapeverica da Serra – SP**. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Estado de São Paulo – Campus Osasco, 2015. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/Dissertacoes/Jane%20Mary%20Albinati%20Malaguti%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2018.

TORRES, Michell Laureano. **A alteração do objeto conveniado e a diferença entre o desvio de finalidade e o desvio de objeto**. 2012. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/23254/a-alteracao-do-objeto-conveniado-e-a-diferenca-entre-o-desvio-de-finalidade-e-o-desvio-de-objeto#ixzz2FWcafzZu>>. Acesso em: 03 abr. 2018.





SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM – SEDUC

Rua Portugal, nº. 20 – Bairro da Glória – Contagem/MG – CEP: 32340-010.

Fone: (31) 3352-5416

DIRETORIA DE ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

seduc.convenios – (31) 3352-5409



OF/SEDUC/GAB/Nº 529/2018

Contagem, 27 de abril de 2018.

REF.: Resposta ao Parecer Nº 193/2017 – PGM/SC/DC

Em resposta ao Parecer da Procuradoria Nº 193/2018, emitido no dia 20 de Abril de 2018, teço as seguintes respostas às ressalvas indicadas na Conclusão do Parecer Jurídico:

A – averiguar se a entidade declarou a intenção de fornecer alimentação gratuita, conforme item 18 e 19;

Resposta: Resposta: Segue anexo informação referente a adesão da Instituição em ofertar alimentação escolar.

B – exigir que a entidade possua conta específica para receber os valores referente ao PNAE, conforme item 48 e 80/81;

Resposta: Informamos que, para atender a ressalva, foi solicitado a OSC, conta especifica para o recebimento do recurso do PNAE, o Plano de Trabalho foi retificado.

C – confirmar se a alteração da parceria não ultrapassa o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor global da parceria (mesmo que haja mais de uma alteração do valor, o teto máximo deve ser 30% do valor inicial da parceria), conforme item 71;

Resposta: O quadro abaixo demonstra que o valor aditado não ultrapassa o limite de 30% do valor inicial da parceria.



Valor Termo de Colaboração	Valor 1º Termo Aditivo	Valor %
R\$ 648.903,22	R\$ 25.200,00	3,88%

D – verificar se a entidade possui certificado de credenciamento em vigor e se está prestando contas regularmente, conforme item 72;

Resposta: o Certificado de Credenciamento apresentado pela OSC para a celebração do Termo de Colaboração (fl.04) encontra em vigor com validade até 29/06/2018 e, a Instituição encontra se com as prestações de contas até presente data Aprovadas.

E. adotar as providências exigidas pelo art. 35, da Lei 13019/2014, de acordo com itens 73 a 77;

Resposta: para atender as ressalvas apontadas no Parecer Jurídico da PGM, o parecer Técnico foi retificado em observância ao itens exigidos no inciso V do art.35, da Lei 13019/2014.

F – garantir que o Termo Aditivo, o Plano de Trabalho e a solicitação de recursos orçamentários contenham valores iguais, conforme item 78;

Resposta: O Primeiro Termo Aditivo foi retificado para que os valores a serem repassados seja o mesmo do Plano de Trabalho e a solicitação de recursos orçamentário aprovado pela COAF.

G – observar todos os preceitos da Lei 11.947/2009 como pressuposto para celebração do Termo Aditivo, conforme item 79;

Conta

Irma Elvira <escolairmaelvira@gmail.com>

qua 25/04/2018 13:29

Para:Seduc Convenios <seduc.convenios@contagem.mg.gov.br>;

Boa tarde Frederico,

Organização Educacional João XXIII - Obra Educacional Irmã Elvira

Caixa Economica Federal

Agencia 1639

Operação 003

C/C 5220-7

conta especifica para este recurso.

Att. Ir. Eva



Re: Solicitação de Informação (URGENTE)



Funcionamentoescolar Seduc <seduc.funcionamentoescolar@edu.contagem.mg.gov.br>

ter 24/04/2018 11:03

Caixa de Entrada

Para: Seduc Convenios <seduc.convenios@contagem.mg.gov.br>;

Cc: Hudson Souza <hudson.souza@contagem.mg.gov.br>; Fernanda Socorro <fernanda.socorro@contagem.mg.gov.br>; itamar.castro@edu.con <itamar.castro@edu.con>; tamires.tavares@contagem.mg.gov.br <tamires.tavares@contagem.mg.gov.br>;

📎 1 anexos (251 KB)

Print Educacenso 2017.jpg;

Prezado Frederico,

Como lhe informei ontem pessoalmente, o Censo de 2017 encontra-se fechado, o que inviabiliza a consulta. Neste mesmo momento você me disse que seria do ano de 2016. Segue, anexo, o print da tela para verificação.

Atenciosamente,

Milena Mara Benfica

Superint. de Organização e Administração da Rede Escolar
Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Contagem
(31) 3352-5858 / 3911-9414

De: Seduc Convenios <seduc.convenios@contagem.mg.gov.br>

Enviado: terça-feira, 24 de abril de 2018 10:57:51

Para: Funcionamentoescolar Seduc

Cc: Hudson Souza; Fernanda Socorro; itamar.castro@edu.con; tamires.tavares@contagem.mg.gov.br

Assunto: Re: Solicitação de Informação (URGENTE)

Prezada,

Foi enviado as informações referente ao Censo de 2016, só que a Resolução 26/2016 em seu Art. 4º determina que a informação seja referente ao censo do exercício anterior, no caso 2017.

att,

Frederico Soares Vilarinho

De: Funcionamentoescolar Seduc <seduc.funcionamentoescolar@edu.contagem.mg.gov.br>

Enviado: terça-feira, 24 de abril de 2018 09:53:36

Para: Seduc Convenios

Cc: Hudson Souza; Fernanda Socorro; itamar.castro@edu.con; tamires.tavares@contagem.mg.gov.br

Assunto: Re: Solicitação de Informação (URGENTE)

Prezados,

Bom dia.

Conforme solicitado abaixo segue, anexo, as caracterizações preenchidas pelas creches no Educacenso 2016.

Abaixo segue síntese da caracterização no Censo 2016 (campo apurado "Recursos Humanos no item 40 – Alimentação escolar para alunos")

CÓDIGO	NOME	Conforme caracterização no Censo 2016, a escola informou nos Recursos Humanos no item 40 – Alimentação escolar para alunos:
31330205	COLEGIO BATISTA REMANESCENTES	Não oferece
31277703	ESC INF JOAO PAULO II	Oferece
31293466	C EDUC INF LAGO AZUL	Oferece
31293636	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL RECANTO ALEGRE	Oferece
31293679	CRECHE COM PARAISO INFANTIL	Oferece
31318825	C EDUC INF JARDIM DAS OLIVEIRAS	Oferece
31320293	C EDUC INF COM S DOMINGOS SAVIO	Oferece
31329223	C DE EDUC INF PATOTINHA	Oferece
31333255	CRECHE ESCOLAR BEM TE VI	Oferece
31342262	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL ARCA DA ALIANCA	Oferece
31014079	OBRA EDUCACIONAL IRMA ELVIRA	Oferece
31258831	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL DISNEYLANDIA	Oferece
31262561	INST N SRA DE NAZARE	Oferece
31262595	FUNDACAO STA FILOMENA	Oferece
31278441	C EDUC INF MARIA DE L GONCALVES	Oferece
31293491	ASSOC PE IBIAPINA DE AMPARO A FAMILIA - MEMBROS	Oferece
31293539	CRECHE DONA BELINHA	Oferece
31293547	CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL PEQUENO PRINCIPE	Oferece
31293563	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL VOVO NALY	Oferece
31293628	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL IRMAO JOSE GROSSO	Oferece
31293644	CRECHE LIRIO DO VALE	Oferece
31293725	INSTITUTO SER FELIZ	Oferece
31316881	COLEGIO BATISTA MINEIRO	Oferece
31334383	CEI RAIOS DE SOL	Oferece
31318957	C EDUC INF PROFA NAIR U GIRUNDI	Oferece
31323870	C EDUC INF IPE AMARELO	Oferece

Atenciosamente,

Milena Mara Benfica

Superint. de Organização e Administração da Rede Escolar
Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Contagem
(31) 3352-5858 / 3911-9414

De: Seduc Convenios <seduc.convenios@contagem.mg.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 23 de abril de 2018 14:54:10

Para: Funcionamento escolar Seduc

Cc: Hudson Souza; Fernanda Socorro; itamar.castro@edu.con; tamires.tavares@contagem.mg.gov.br

Assunto: Solicitação de Informação (URGENTE)



Prezada Milana,

Em caráter de máxima urgência, solicitamos informação se a Instituição declarou no censo a opção de fornecer alimentação escolar. A Seduc está celebrando Termo Aditivo com as Creches conveniadas para o repasse do recurso do PNAE.

A Procuradoria Geral do Município - PGM, emitiu parecer jurídico, indicando algumas ressalvas. Para que possamos finalizar esse processo, é necessário atender essas recomendações.

Dentre as recomendações indicada, temos que averiguar se a entidade declarou junto ao Censo de 2017, a intenção de fornecer alimentação gratuita. Estou encaminhado em anexo o Parecer Jurídico, favor observar os item 18 e 19.

Segue a lista das Instituições a serem consultadas:

- Organização Educacional João XXIII;
- Centro de Educação Infantil Arca da Aliança;
- Associação dos Amigos das Vilas Estrela Dalva, São Mateus e Adj.;
- Associação de Assistência Social Jardim das Oliveiras;
- Associação Beneficente Servos de Jesus;
- Centro Social e Educacional Pequeno Príncipe;
- Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Gonçalves;
- Creche Comunitária Lago Azul;
- Associação dos Moradores das Vilas Estrela Dalva e São Mateus;
- Creche comunitária Paraíso Infantil;
- Instituto São Domingo Sávio;
- Centro de Educação Infantil Irmão José Grosso;
- Associação Comunitária Força Unida do Bairro Estaleiro;
- Associação Comunitária da Vila São Paulo;
- Creche Escolar Infantil Bem-Te-Vi;
- Associação de Assistência Social Nossa Senhora de Nazaré;
- Associação Evangélica Beneficente Educacional da Cidade de Contagem;
- Associação Protetora Organizada Infantil do Água Branca;
- Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem;
- Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem - Ipê Amarelo;
- Associação Dona Marilene Pinto de Mattos.

Att,

Frederico Soares Vilarinho



**PREFEITURA DE
CONTAGEM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Lino de Môro, nº 101 – Inconfidentes – Contagem/MG

Fone: (31) 3352-9668 - seduc.alimentacao@contagem.mg.gov.br



Parecer Técnico

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como finalidade contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, através de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que supram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Dentre as diretrizes do PNAE, destaca-se o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem os hábitos alimentares saudáveis e o direito a alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

De acordo com a Resolução nº 26, de 17 Junho de 2013, os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar, serão atendidos pelo PNAE, incluindo aqueles matriculados na educação básica das entidades comunitárias, parceiras do poder público, conforme Lei 13019/2014. Destaca-se que as entidades parceiras serão atendidas pelo PNAE mediante a declaração, no Censo Escolar, do interesse de oferecer a alimentação escolar gratuita.

Nesse contexto, considerando a atribuição do ente municipal na execução adequada do Programa de Alimentação Escolar na totalidade de sua área de abrangência, e reconhecendo-se a insuficiência de sua atuação solitária para fazer frente a todas as demandas, que por conseguinte dificulta o atendimento direto ao público referido nessa parceria, a necessidade da contratação de organização especializada se faz necessária e justificada.

Os recursos financeiros destinados à alimentação escolar ofertada nas entidades comunitárias poderão ser repassados pela Entidade Executora às mesmas mediante formalização de termo de colaboração.



O plano de trabalho apresentado pela OSC, Organização Educacional João XXIII está de acordo com as normas referentes ao PNAE, ou seja, direcionados para exclusiva aquisição de gêneros alimentícios, sendo proibida a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional tais como refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares. Além disso, é restrita a aquisição, com recurso do PNAE, de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição).

O referido plano de trabalho em anexo, cumpre ainda, os requisitos legais exigidos para o mesmo, tendo sido aprovado pela Administração Municipal. Ademais, o mérito da proposta contida neste, está em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Observa-se que o Plano de Trabalho apresentado, conta com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais envolvidos, indicando a viabilidade de sua execução. Ademais, o aludido projeto abarca o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

Para cumprir as medidas citadas concernentes à execução do PNAE, bem como para garantir a oferta de refeições adequadas ao público atendido, os dirigentes das entidades parceiras receberão do Setor de Alimentação Escolar/SEDUC capacitação e manual orientativo já disponibilizado para as unidades contempladas anteriormente pelo PNAE.

A entidade desenvolve suas atividades, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII) na realização, em mútua cooperação, desta parceria. Inclusive, nesse ponto, cumpre ressaltar a imprescindibilidade da atuação das organizações da sociedade civil em substituição ao Estado na prestação de direitos fundamentais, nesse caso, a consecução do direito fundamental à alimentação escolar com qualidade.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish.



A fiscalização da execução da parceria será realizada pela Comissão de Monitoramento, que utilizará de relatórios técnicos para monitorar e avaliar a execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, além de exercer suas competências elencadas na cláusula 8.2 do Termo de Colaboração.

O gestor designado para a parceria, bem como a comissão de monitoramento designada por meio da portaria, constituem os mesmos elencados nas folhas nº 51 e 52 do Termo de Colaboração nº 003/2017.

Dessa forma, considerando a alimentação escolar como direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, além dos benefícios de sua oferta aos estudantes, conclui-se que as unidades que apresentaram plano de trabalho com objetivo de receber o recurso do PNAE poderão usufruir do mesmo, desde que haja comprometimento formal dos responsáveis pelas entidades parceiras contempladas pelo PNAE a executar o programa de acordo com as orientações repassadas pelo Setor de Alimentação Escolar/SEDUC e com as normas estabelecidas pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.

Contagem/MG, 02 de maio de 2018.

Andréia Cecília Braga
Nutricionista - CRN 8677

Andréia Cecília Braga
Nutricionista - CRN 8677
1451983

Andréia Cecília Braga
Andréia Cecília Braga
Nutricionista - CRN 8677

Vanessa Martins Amaral Melo
Nutricionista - CRN 8533

Paula Valéria de Oliveira Jacinto
Nutricionista - CRN 10786


Hudson Gustavo de Souza
Secretário Adjunto
Executivo de Educação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017 PA. Nº 003/2017 DISPENSA Nº 003/2017

O **MUNICÍPIO DE CONTAGEM** com sede na Praça Presidente Tancredo Neves nº. 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.508/0001-31, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Secretário Municipal Hudson Gustavo de Souza, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado Rua Paracatu, nº 727, Belo Horizonte/MG portador do CPF 054.698.446-09 e RG MG-11.692.874 SSP/MG, e do outro lado a **ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**, com sede rua Oliveira, nº 179, Bairro Industrial, Contagem/MG. CEP 32.223-380 inscrita no CNPJ sob nº **16.518.821/0004-05**, representada neste ato, por sua Presidente, **Maria Margarida de Jesus**, portadora da cédula de identidade RG nº MG – 823.806 e inscrito no CPF sob nº 251.890.856-00, doravante denominada **OSC**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Municipal nº 30/2017 e demais legislações pertinentes, da Lei Orçamentária Anual nº 4923, de 06 de janeiro de 2018, nos termos da proposta do Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto **acréscimo de recursos financeiros para garantir a alimentação escolar na educação infantil por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** em observância das diretrizes da Lei Nacional nº 11.947/2009, que estabelece diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Lei Nacional nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, e da Lei Nacional nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB.

1.2 O **MUNICÍPIO** realizará o repasse de recursos financeiros em forma de subsídio à **OSC**, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, parte integrante e indissociável deste ajuste (Anexo I).

1.2.1 A **OSC** compromete-se a:

- Fornecer alimentação escolar para crianças da Educação infantil conforme especificado no Anexo I do Plano de Trabalho e orientado pelo setor de Alimentação Escolar;
- Disponibilizar o cardápio do mês para o setor de Alimentação Escolar;
- Garantir que os funcionários envolvidos com a produção de alimentos estejam devidamente uniformizados e com os equipamentos de segurança necessários;
- Armazenar os gêneros alimentícios de forma adequada e zelar por sua conservação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação



CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR, DAS PARCELAS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para execução do objeto previsto na Cláusula Primeira deste instrumento, serão alocados recursos financeiros no valor total de **RS\$25.200,00 (vinte e cinco mil, duzentos reais), divididos em quatro parcelas no valor de R\$6.300,00 (seis mil e trezentos reais)** cada uma, na dotação orçamentária abaixo indicada:

ANO/EXERCÍCIO 2018

CUSTEIO / PNAE	Dotação Orçamentária	
	1121.12.365.0029.2080	Nat. Desp. 33504100

2.2 O presente Termo de Colaboração passa a ter o valor global de **R\$ 674.103,22 (seiscentos e setenta e quatro mil, cento e três reais e vinte e dois centavos.)**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais Cláusulas e condições do Termo de Colaboração a que se refere este instrumento.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Contagem, 27 de Maio de 2018.

HUDSON GUSTAVO DE SOUZA
Subsecretário de Gestão e Operação
SEDUC

119 Eva Vincelau Custodio
MARIA MARGARIDA DE JESUS

CPF 251.890.856-00

Organização Educacional João XXIII

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Fredes S. Silva

056.121.236-60

Nome:

CPF: 080.697.026-05

Maria Silene O. de Andrade

080.697.026-05



PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS					
1.1 PMC					
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ENDEREÇO: Rua Lino de Moro, 101 3º andar					BAIRRO: Inconfidentes
CIDADE: Contagem	UF: MG	CEP:32260-090		DDD/FONE:	
				3352-5607 / 33527001	
1.1.1 GESTOR DA PARCERIA					
NOME			LOTAÇÃO		
Liliane Melgaço Ornelas			SEDUC		
CARGO:			MATRÍCULA		
Gestora Pedagógico			28088-7		
E-MAIL GESTOR DA PARCERIA					
liliane.ornelas@edu.contagem.mg.gov.br					
1.2 OSC					
NOME:			CNPJ:		
ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII			16.518.821/0004-05		
ENDEREÇO:			BAIRRO:		
Rua Oliveira, 179			Industrial 3ª seção		
CIDADE:	UF:	CEP	DDD/FONE	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA	
Contagem	MG	32 223 380	3363-6079	5674/ 1971	
BANCO:	AG:	CC:	OP:	NOME DA AGÊNCIA	
Caixa Econômica Federal – 104	1639	5220-7	003	Caixa Econômica Federal	
E-MAIL					
escolairmaelvira@gmail.com					
1.2 DIRIGENTE					
NOME DO RESPONSÁVEL					CPF:
Maria Margarida de Jesus					251.890.856-00
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO		PERÍODO DE MANDATO	
MG-823.806	Presidente	Presidente		2018-2020	
ENDEREÇO:Cairú, 75					BAIRRO: Industrial
CIDADE:	UF	CEP	DDD/FONE	E-MAIL	
Belo Horizonte	Mg	30512-780	3363-6079	escolairmaelvira@gmail.com	
ASSINATURA DO DIRIGENTE VALIDANDO O CONTEÚDO DO PLANO					
<i>M/M/ Eva Lencina Custódio</i>					
2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO					
2.1 – PROGRAMA DE GOVERNO: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
2.2 Identificação do objeto:					
Termo Aditivo ao Termo de Colaboração Nº 003/2017 para repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com vistas à garantir a alimentação para a manutenção e desenvolvimento da educação infantil.					
2.3 Período de execução:					
Abril de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.					
2.4 Justificativa da proposição: Faz-se necessário o aporte de recursos financeiros para viabilizar a aquisição de alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar para manutenção e desenvolvimento da educação infantil das 148 crianças matriculadas					
3 – METAS					
Qtd	Meta		Quantidade	Início	Término
01	Atender com alimentação escolar as crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade da educação infantil.		148	Abril/2018	Dez./2018

3.1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO							
META	AÇÃO	INDICADOR		Início	Término	RESPONSÁVEL	
		Und.	Qtd.				
001	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Und.	N/A	Abril/2018	Dez/2018	Presidente da OSC e Contador responsável	

3.2 – INDICADORES, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Especificar como serão aferidos os indicadores:

001 – Comprovar a correta aplicação dos recursos financeiros repassados conforme estabelecido no Manual de Orientação do PNAE.

4 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Descrição da Despesa	Quantidade	Valor Parcela 2018	Valor Total da Despesa 2018
Material de Consumo (conforme planilha Alimentação Escolar)	N/A	R\$ 6.300,00	R\$ 25.200,00
TOTAL GERAL		R\$ 30.700,00	

5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

META PARA 2018	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela			
	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00			
VALOR TOTAL PNAE 2018	R\$ 25.200,00						
VALOR GLOBAL DA PARCERIA (FUNDEB 2017 E 2018 + PNAE 2018)					R\$ 674.103,22		

6 – CONTRAPARTIDA

CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO: Não Aplicável Lei Federal nº 13019/2014 Art. 35 §1º.

7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

Prazo para apresentação das contas: As prestações de contas deverão ocorrer após a efetivação dos pagamentos relativos à parcela recebida, logo em seguida será enviado toda documentação ao setor contábil responsável pela instituição que formalizará os anexos conforme previsto na Legislação em vigor. Estes trâmites acontecerão dentro de um período que compreende dos dias 06 (Quinto dia útil) a dia 16 de cada mês. Após o recebimento da documentação contábil, a prestação de contas será encadernada e entregue à SEDUC. Previsão dia 18 de cada mês. Após execução total do objeto, apresentar prestação de contas final.

8 – PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DA META ESTABELECIDADA NA EXECUÇÃO DO OBJETO.

Conforme manual de orientação do PNAE.

9 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA PMC

9.1 –DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, aprovamos e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo, que será vinculado ao PROCESSO Nº 003/2017 de 15/08/2017, proposto pela (OSC) ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII.

Contagem, 27 de Abril de 2018.

Liliane Melgaço Ornelas
LILIANE MELGAÇO ORNELAS
Gestor da Parceria

Hudson Gustavo de Souza
Subsecretário de Gestão e Operação



RESOLVE:

Art. 1º Delegar competência ao servidor Hudson Gustavo de Souza, Subsecretário de Gestão e Operações, para exercer todos os atos de natureza administrativa e de ordenação de despesas de competência do Secretário Municipal de Educação;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se.

Secretaria Municipal de Educação, em Contagem, aos 20 de abril de 2018.

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA FUNEC Nº 34, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Delega competência para exercício de todos os atos de natureza administrativa, ordenação de despesas, assinatura de contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos no âmbito da Fundação de Ensino de Contagem - FUNEC e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto 453 de 26 de março de 2018 Lei Complementar nº 142, de 29 de maio de 2013 e Decreto nº 29, de 18 de março de 2013;

RESOLVE:

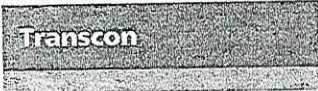
Art. 1º Delegar competência à servidora Maria Eunice de Lima Prado, Diretora de Ensino da FUNEC, para ordenar despesas, assinar contratos, convênios e outros ajustes e seus aditamentos e exercer todos os atos de natureza administrativa de competência do Presidente da Fundação de Ensino de Contagem;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se.

Fundação de Ensino de Contagem, em Contagem, aos 20 de abril de 2018.

Joaquim Antônio Gonçalves
Secretário Municipal de Educação



**COMISSÃO JULGADORA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRANSPORTE
COJUR/ CONTAGEM-MG
BOLETIM DE DIVULGAÇÃO**

Em conformidade com os dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados, que a Comissão Julgadora de Recursos de Infrações de Transportes de Contagem – COJUR, quando da sessão realizada no dia 24/04/2018, julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 010ª /2018

Data Julgamento	Nº AIT	Nº Protocolo	Resultado	Recorrente
24/04/2018	10079	1024/2018	DEFERIDO	Consórcio Sul
24/04/2018	9760	1109/2018	DEFERIDO	Consórcio Sul
24/04/2018	8775	873/2017	INDEFERIDO	Consórcio Norte
24/04/2018	6621	999/2017	INDEFERIDO	Consórcio Sul
24/04/2018	10077	1018/2018	INDEFERIDO	Consórcio Sul
24/04/2018	10560	1096/2018	INDEFERIDO	Consórcio Sul
24/04/2018	10558	1097/2018	INDEFERIDO	Consórcio Sul